

HABEAS CORPUS Nº 548.320 - DF (2019/0355611-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CAMYLLA SILVA BATISTA
ADVOGADO : CAMYLLA SILVA BATISTA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -
DF051126
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : RAFAEL JORGE DOS SANTOS MENDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL JORGE DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, que deu parcial provimento ao apelo da defesa, por acórdão de fls. 12-29.

O paciente foi condenado como incurso no art. 121, § 2º, V c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, à pena de 11 anos de reclusão, em regime fechado. O Tribunal de Justiça reformou a sentença, apenas para alterar a pena do paciente para 8 anos e 3 meses de reclusão, determinando a execução provisória da pena após esgotados os recursos naquela instância.

A impetrante requer, liminarmente, a suspensão da execução da pena até o trânsito em julgado da condenação.

Na origem, registra-se a respeito da ação penal n. 2018.03.1.005599-2 o seguinte andamento: 26/11/2019 15:06:09 *INTERPOSIÇÃO Recurso: Recurso Especial no(a) Apelação Criminal*, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

O impetrante requer, liminarmente, a suspensão da execução provisória da pena.

Verifica-se, no caso, a existência de plausibilidade jurídica do pedido e perigo da demora, autorizando o deferimento do pedido de liminar.

Em recente julgado, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando as ADCs 43, 44 e 54, ainda pendentes de publicação, firmou compreensão quanto à constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, segundo o qual *Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou*

Superior Tribunal de Justiça

do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva, estando a citada regra em consonância com o princípio da presunção de inocência.

Assim, com o julgamento do feito pelo Tribunal de origem, torna-se relevante o risco de execução provisória, diante do esgotamento da instância ordinária.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para obstar a expedição de mandado de prisão até o trânsito em julgado da ação penal, salvo se presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, nos termos do art. 283 do CPP.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator